

Prefeituras indicam nomes para comissão da usina de lixo

Uma reunião será feita hoje, às três horas da tarde para que as prefeituras de Vitória, Vila Velha e Cariacica apresentem oficialmente os representantes que farão parte de um grupo de trabalho com a finalidade de estudar a viabilidade da implantação da usina de lixo.

Esses três representantes, em conjunto com os integrantes da Fundação Jones dos Santos Neves, Comdusa, e Capitania dos Portos, de acordo com o secretário de Serviços Urbanos da PMV, Carlos Roberto de Farias, esperam partir para uma "providência mais prática, depois de definido se as prefeituras da Grande Vitória aceitarão ou não a usina, saindo então da análise da parte teórica para a parte objetiva".

LUCRO

De acordo com Carlos Roberto de Farias, a instalação de uma usina de reciclagem do lixo depende de estudos detalhados, além do financiamento, que é "muito volumoso, se estes dois pontos não forem bem observados, esta indústria estará fadada a ser fechada e inutilizada, como ocorreu em vários estados do Brasil e até mesmo no exterior, por ser anti-econômica".

Se entre as prefeituras envolvidas, somente duas aceitarem, será estudada a possibilidade de implantação pelas duas. Este estudo observará, principalmente, se o resíduo sólido é bastante para dar lucro.

— "O estudo desta usina foi feito em 1975 pela Comdusa, quando a idéia não teve aplicação prática nenhuma por causa da falta de receptividade dos poderes públicos. Atualmente, o interesse é grande e o mais provável da parte da PMV é a aceitação", disse Carlos Roberto de Faria.

Existe a possibilidade de este grupo de trabalho optar pelo aterro sanitário, como é feito em Vitória, porém de acordo com Vitor Padilla, comandante da Capitania dos Portos, esta indústria evitaria a formação de favelas próximas aos "lixões" e diminuiria os problemas de ordem sanitária.

De acordo com Carlos Roberto de Farias, o "lixão" de Goiabeiras, local onde é jogado diariamente o lixo de toda Grande Vitória, "resolveu um problema social, que é a obtenção de moradias particulares, por pessoas sem posse, com condição de habitabilidade, pois o aterro é feito de acordo com as normas técnicas de higiene e segurança".